



ISSN 1984-5634

ARTIGO

O LEITOR, O ANOTADOR, O ORADOR: EXERCÍCIOS DE LEITURA A PARTIR DAS ANOTAÇÕES DE ALCIDES CRUZ

The reader, the annotator, the speaker: reading exercises based on Alcides Cruz's notes

VINICIUS FURQUIM DE ALMEIDA*

RESUMO

O que se pretende, neste artigo, é “seguir os rastros” de leitura encontrados nos livros de Alcides de Freitas Cruz. Caracterizar-se-á, em um primeiro momento, aspectos gerais daquela biblioteca; em seguida, se discutirá sobre os usos da biblioteca pelo personagem; por fim, haverá lugar para uma reflexão sobre as formas possíveis de identificação de “vestígios de leitura” a partir dos próprios livros e da produção intelectual do personagem, em perspectiva conjunta, levando em consideração proposições da hermenêutica gadameriana.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas de leitura; Hermenêutica; Alcides Cruz;

ABSTRACT

What is intended in this article is to “follow the traces” of reading found in the books of Alcides de Freitas Cruz. It will characterize, in the first moment, general aspects of that library; then, it will discuss the uses of the library by the character; finally, there will be room for a reflection on the possible ways of identifying “reading traces” from the books themselves and the intellectual production of the character, in a joint perspective, taking into consideration propositions from Gadamerian hermeneutics.

KEYWORDS: Reading practices; Hermeneutics; Alcides Cruz;

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 22.06.2022

ACEITO: 13.07.2022

COMO CITAR:

ALMEIDA, V. F. O leitor, o anotador, o orador: exercícios de leitura a partir das anotações de Alcides Cruz. *Aedos*, v. 15, n. 33, p. 120-141, jan.–jun., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). ORCID iD: 0000-0001-6408-4029. E-mail: vinicius.furquim.almeida@gmail.com.

Os leigos que exigem furiosamente definições unívocas, e também os peritos que têm uma mania de univocidade na sua epistemologia semântica unilateral, entendem mal o que é a linguagem (GADAMER, 2007, p. 67)¹

Entre as obras literárias por ele oferecidas à Biblioteca Pública de Porto Alegre, havia, majoritariamente, aquelas dos escritores franceses Alphonse Daudet e Guy de Maupassant. Mas não só: os textos de Émile Zola, Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Eça de Queiroz compunham também o conjunto de 33 livros que “o cidadão Alcides Cruz” doara àquela instituição, em agosto de 1891 (*A Federação*, 26 de agosto de 1891, p.1)². A doação vinha de um jovem porto-alegrense que, naquela altura, contava com 24 anos de idade, e provavelmente não causou maiores surpresas para a comunidade dos entusiastas da literatura na capital sul-rio-grandense, que já conheciam a atividade intelectual e política do benemérito, noticiada desde 1884³.

Em março do ano anterior ao da doação dos livros, a inclinação do personagem ao fomento cultural já fora noticiada. Na ocasião, o informativo dava conta das doações recebidas pelo *Asilo de Mendicidade*, dentre as quais registrava-se: “pelo cidadão Alcides Cruz foram ainda ofertados sete mil reis, produto de uma subscrição que havia iniciado para auxiliar a publicação do dicionário de Moreira Pinto” (*A Federação*, 12 de março de 1890, p.2)⁴. Se já não era mais necessário amparar a publicação do dicionário, que se auxiliasse o asilo de Joaquim Cacique de Barros, *o padre Cacique*.

O certo é que a prática das doações de livros não era exclusividade de Alcides. Quando o personagem resolveu se desfazer de seus prosadores europeus, não corra nem dois anos desde que sua mãe, Adelaide Leopoldina de Freitas, doara “200 e tantos volumes” para a mesma Biblioteca Pública, acervo que era espólio de seu irmão, o Conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas (*A Federação*, 10 de setembro de 1889, 2)⁵. Poderíamos supor que, ao menos naquela instituição, a doação de livros por parte dos Freitas era vista como uma prática familiar.

Uma vida entre livros foi aquela de Alcides, o personagem que servirá como fio condutor nesta investigação. Nascido em 1867, em Porto Alegre, Alcides formou-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1897, atuou como deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense por quatro legislaturas, além de ter sido professor de direito e escritor. Alcides faleceu em 1916 e, como veremos a seguir, deixou registrado em seu testamento a sua preocupação com os livros que o rodearam ao longo de sua vida. O seu universo era feito de leituras variadas e de escritas sobre um pouco de tudo: de histórias, literaturas, políticas, direitos e deveres de um fim-de-século no qual o personagem se inseria de forma atuante, de tal maneira que, dessas leituras e escrituras, restaram rastros em forma de livros, textos, rascunhos e orações.

1 As citações diretas de textos escritos em língua estrangeira passaram por uma tradução livre, de minha autoria, para a língua portuguesa.

2 A nota informativa da doação dos livros ainda traz o nome “Mantegazza” entre os autores que compunham os 33 volumes. Tendo em conta o recorte temporal, acredito que se trate do médico, antropólogo e escritor italiano Paolo Mantegazza (1831-1910).

3 Em 1884, o periódico *A Federação* noticiava que Alcides de Freitas Cruz havia sido aprovado com distinção em seus exames preparatórios de Retórica. Além disso, encontramos menções em 1885 de sua participação na fundação do Clube Literário Vinte de Setembro, agremiação vinculada ao Partido Republicano Rio-grandense. Ver *A Federação*, 18 de julho de 1884, p.1 e *A Federação*, 21 de setembro de 1885, p.2.

4 Trata-se, provavelmente, da obra *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil*, publicada entre os anos de 1887-8, e de autoria de Alfredo Moreira Pinto. As relações entre este autor e Alcides Cruz ainda nos são pouco nítidas.

5 Diz a nota: “Pela exma. Sr.^a d. Adelaide Leopoldina de Freitas, irmã e herdeira do conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas, foram oferecidos à Biblioteca Pública d’esta capital duzentos e tantos volumes de obras literárias e científicas que pertenceram ao aludido finado”. As grafias, sempre que necessário, serão atualizadas. Para mais informações sobre Leopoldino Joaquim de Freitas, ver ALMEIDA (2019).

O que pretendo, neste artigo, é “seguir” por estes rastros. Aqui apresentarei, em um primeiro momento, aspectos gerais da biblioteca de Alcides Cruz; em seguida, discutirei sobre os usos da biblioteca pelo personagem; por fim, refletirei sobre as formas possíveis de identificação de “vestígios de leitura” a partir dos próprios livros. Embora separadas, essas etapas são desdobramentos de uma dinâmica secular que envolve dois importantes personagens: o leitor e o livro. Trata-se, assim, de uma experiência metodológica que considera mais de uma etapa do processo de elaboração do conhecimento com vistas à compreensão do mesmo.

“À FACULDADE LIVRE DE DIREITO DE PORTO ALEGRE A SUA LIVRARIA”

Somente a lista dos títulos que aparecem, em letras douradas, na lombada de tantos volumes sobre as prateleiras que os suportam, sofreria a dar qualquer ideia do espírito que os reuniu (VALÉRY, 1938, p. 5)

No último dia de março de 1916, o escrivão João Maia, por intermédio de seu ajudante, Affonso Lopes, autuou o inventário *post-mortem* que tinha como inventariante a dona Severina Pereira Cruz. É bem possível que Maia não tenha ficado indiferente ao processo, tão comum nas lides cartoriais, mas que ali ganhava um apelo mais pessoal. O recém falecido era alguém de seu convívio desde a década de 1880, militante, ao seu lado, nas fileiras dos jovens adeptos ao Partido Republicano Rio-grandense (*A Federação* de 21 de setembro de 1885, p.2)⁶. Dizia o termo de abertura do processo de inventário: “Severina Pereira Cruz, diz a V. Sa. [...], que no dia 13 do corrente faleceu, nesta cidade, com testamento, o seu marido Dr. Alcides de Freitas Cruz [...]”⁷.

O doutor Alcides Cruz falecera em sua casa, na rua Fernando Machado, n.1, no centro de Porto Alegre, mas não sem antes deixar bem registrado o que havia de ser feito de seus bens, pelo que deixou pronto o seu testamento, alguns meses antes⁸. Na expressão de seus últimos desejos, entre as delegações de esmolas aos mendigos da cidade de Encruzilhada, no sudeste sul-rio-grandense, e os quinhões que haveriam de ficar com seus familiares, o personagem deixava “à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre a sua livreria, menos a *Encyclopedia Britannica*”. As razões que fizeram com que os livros do doutor Cruz fossem destinados àquela instituição relacionavam-se à sua ligação com a mesma não só na qualidade de professor que dela fora, mas, também, de membro fundador, nos idos de 1900. O destino da *Britannica*, entretanto, é ainda um mistério.

Nos autos do inventário, após as devidas quitações com médicos e credores em geral, há o registro de algo incomum para documentações deste gênero, a descrição sumária da maioria dos volumes da biblioteca que deveria seguir para a Faculdade de Direito. Os mais de 700 títulos inventariados compunham um montante de cerca de 1900 volumes e, malgrado o cansativo trabalho que deve ter

6 Na referida edição, lia-se: “Em reunião do Club Literário Democrático Vinte de Setembro, foi ontem eleita a seguinte diretoria: [...] 2º secretário, Alcides Cruz; orador, João Maia [...]”. Quase uma década depois, *A Federação* de 27 de junho de 1893, p.1, noticiava: “Drs. Pinheiro Machado e Fernando Abbott - Em nome do Centro Republicano, o dr. Pedro Moacyr nomeou uma comissão, composta de nossos amigos Alcides Cruz, dr. Plínio Casado e João Maia, para ir saudar aqueles dois ilustres servidores da República. [...]”. Nas fontes encontradas até aqui, as relações entre Maia e Cruz sempre estiveram atreladas ao âmbito político.

7 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, 1916. Inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz, p.1

8 O testamento de Alcides está anexado ao processo de inventário, e foi lavrado em 10 de julho de 1915. As informações que no texto forem relativas ao testamento, serão extraídas desta “ajuntado” processual.

dado ao escrivão⁹, formavam um detalhado retrato do “catálogo de intenções” daquele personagem (ALMEIDA, 2018, p. 67).

Em sua maioria, as obras se relacionavam com a atividade profissional de Cruz, as Ciências Jurídicas, compondo 37 % do total de títulos informados. Se juntados aos livros relacionados às Ciências Sociais, que eram 18%, poderíamos dizer que a biblioteca era voltada para atividade advocatícia e docente do personagem. Enganam-se, porém, aqueles que pensam que se tratava apenas de uma biblioteca de ofício, puramente prática. A literatura tinha lugar de destaque naquele acervo, reunindo 27% do total, assim como a História, com 18%¹⁰. A visualização dos dados sintetizados a partir do inventário pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1 – Os domínios em números absolutos

Domínio	Número de itens	Percentual
Jurídico	274	37%
História	125	17%
Ciências Sociais	132	18%
Literário	201	27%
Não identificados	17	2%
Total	749 itens	

Elaborada a partir dos dados do inventário. APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz.

Quem primeiro ocupou lugar nas prateleiras da biblioteca de Alcides Cruz? Victor Hugo, Émile Zola ou Émile Hennequin? Não nos é dado saber. O que se pode deduzir, entretanto, é que, de alguma forma, a obra dos primeiros complementou ou foi complementada pela do último, crítico francês que, em 1890, teve um volume póstumo publicado sob o título *Quelques Écrivains Français: Flaubert, Zola, Hugo, Gongourt, Huysmans etc.*, na qual tecia comentários analíticos sobre a prosa Oitocentista daquela ilustre plêiade. Naquela lista do escrivão João Maia, a obra de Hennequin foi registrada sob o número 690, sucedendo em algumas centenas os títulos de Zola que na estante havia, e precedendo *Torquemada*, de Hugo, em pouco mais de uma dezena de registros¹¹. Uns e outros, estavam aqueles autores no horizonte de Alcides, informando e formando o leitor e o crítico que, dali a uns anos, também escreveria das suas sobre Machado de Assis e Coelho Neto¹².

Há, sim, indicações que nos ajudam a entender a estrutura de sua biblioteca, que poderia partir dos livros mais relacionados com as suas lides jurídicas, já que era disso que Alcides tirava o seu sustento, e, gradativamente, ser ampliada pelas obras relacionadas à Administração Pública, à História e à Literatura. Um exemplo do uso prático é aquele que encontramos em uma de suas correspondências endereçadas

9 A suposição de que foi o escrivão que fez o catálogo reside na padronagem da letra, que é a mesma do resto do processo. Não é possível saber se Alcides Cruz possuía um catálogo próprio.

10 Para uma apreensão de como se deu a categorização dos campos de conhecimento, bem como sobre a problematização do que aqui chamo de “catálogo de intenções”, sugiro a leitura de ALMEIDA (2018, cap. II).

11 Hennequin morreu em 1888, e os textos que compunham o livro em questão foram escritos separadamente em periódicos franceses ao longo da década de 1880. As obras de Émile Zola que foram registradas nominalmente eram: *Germinal*, (registro nº 358), *A obra* (registro nº 390) e *O ventre de Paris* (registro nº 419). *Torquemada*, de Victor Hugo, estava registrada sob o nº 678.

12 Um importante compilado dos textos críticos de Alcides foi feito pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ver CRUZ (2017).

a Alfredo Varela, escritor e pesquisador, autor da monumental *História da Grande Revolução*, sobre a Guerra Civil Farroupilha e que, desde o final do século XIX já se dedicava à recolha de fontes e à escrita da história regional (SILVA, C., 2019, cap. IV; SILVA, J., 2010). Na missiva, Alcides revela alguns aspectos de sua vida acadêmica, bem como de seus interesses intelectuais:

Agradeço-te sumamente a preciosa informação que te pedi a respeito do Boletim da Sociedade de Geografia. Chegando a Porto Alegre (pretendo para aí regressar apenas faça o exame em novembro), obterei a coleção dessa revista por intermédio da livraria dos srs. Echenique Irmãos, meus livreiros e onde tenho *c/ corrente*. Aqui em S. Paulo apenas tenho uma meia dúzia de livros, os indispensáveis para o estudo, 1 história política dos Estados Unidos (Goldwin Smith: an outline of political history) que, talvez, traduza-a brevemente, pois que na língua portuguesa não existe uma só história desse país; dicionários e um outro livro que por acaso compro. Já mandei aguardarem-me em Porto Alegre, os seguintes livros encomendados no exterior: Cooley: *Constitutional Limitations*, Pomeroy: *Constitutional Law*, e Rudolph Cronau: *America* (Leipzig-94). Compreendes que me é difícil andar de uma casa para outra transportando livros importantes, sujeitos a extravio e a mau acondicionamento¹³.

No parágrafo, um retrato do intelectual em suas práticas, do que então lia, de onde buscava, de sua percepção sobre certos campos do conhecimento, e a lamentação de não poder guardar os seus “livros importantes” de modo satisfatório. Informamo-nos, quando lemos a carta de Alcides, sobre os livros da ocasião: *The United States, An Outline of Political History, 1492-1871*, de Goldwin Smith; *A treatise on the constitutional limitations...*, de Thomas M. Cooley; *An introduction to the Constitutional Law of the United States*, de John Norton Pomeroy; e *Amerika: Die Geschichte seiner Entdeckung*, de Rudolf Cronau¹⁴. Destas obras que tratavam dos Estados Unidos da América, apenas a de Goldwin Smith foi registrada na lista de livros inventariados, sob o registro 133. Os demais, podem ter sido doados antes¹⁵, ou talvez tenham tido o destino temido por Alcides: perderam-se nas mudanças.

Com o inventário também sabemos que o personagem, cumprindo seu desígnio, foi até a livraria que, de tão assíduo, tinha até “conta corrente”, a Echenique e Irmãos, porque no registro 75 do inventário temos, em dois volumes, o *Boletim da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro*. Já não sabemos quando foi que Alcides visitou aquela livraria, fundada como casa editorial na cidade de Pelotas, em 1887, e que desde o ano de 1891 tinha uma filial em Porto Alegre, também conhecida pelo nome de Livraria Universal (ARRIADA, 2012; SEGOVIA, 2014, cap. III), para comprar as edições do *Boletim*. O certo é que, a contar pelos exemplares que ainda hoje jazem nas prateleiras daquela que foi a destinatária de suas últimas vontades, a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande

13 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul -AHRGS. Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 17 de agosto de 1896. A grafia foi atualizada. Os destaques são meus.

14 A título de explicação, as referências completas destas obras, em suas primeiras edições, são, respectivamente: SMITH, Goldwin. *The United States, An Outline of Political History, 1492-1871*. McMillan and Co.: New York, London, 1893; COOLEY, Thomas M. *A treatise on the Constitutional Limitations which rest upon the legislative power of the States of the American Union*. Little, Brown, and Company. Boston, 1868; POMEROY, John Norton. *An introduction to the Constitutional Law of the United States*. Hurd and Houghton: New York, 1868; CRONAU, Rudolf. *Amerika: Die Geschichte seiner Entdeckung*. Abel & Muller: Leipzig, 1892.

15 Através do sistema de busca integrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi possível encontrar mais de 70 registros de livros em que a rubrica “Alcides Cruz” foi identificada no campo “observações”. Em algum desses casos, como na obra *Explication théorique et pratique du Code Civil*, de Victor-Napoléon Marcadé, há informes escritos a lápis na folha de rosto que dizem: “oferecido à biblioteca da Faculdade Livre de Direito pelo lente Alcides Cruz em 1907”. Este mecanismo de busca também foi eficaz na localização da obra de John Pomeroy, citada na carta, já que ela não está no acervo de obras raras, mas carrega consigo a assinatura de Alcides Cruz, em uma edição de 1888.

do Sul (BFD-UFRGS), o personagem era presença recorrente nos balcões dos irmãos Echeniques, na rua dos Andradas, 489¹⁶.

O contato do personagem com a casa editorial se estendeu para além da relação livreiro-bibliófilo, e passou a ser, mais de dez anos depois daquela carta, uma relação de editor-autor. Em 1909, cumprindo, outra vez, com o que sugeria a Alfredo Varela naquela correspondência, ainda que por outra obra, Alcides via a sua tradução de *The General Principles of Constitutional Law in the United States of America*, do seu já conhecido Thomas M. Cooley, publicada pela Livraria Universal¹⁷. A tradução, se observada em perspectiva conjunta, considerando o teor da carta, dá uma dimensão dos percursos intelectuais do personagem que, provavelmente teve contato com a obra de Cooley ainda no período de seu bacharelado, na década de 1890, com *A treatise on the constitutional limitations* (1868)¹⁸, para uma década mais tarde, analisar a tradução de *The General Principles of Constitutional Law* (1880)¹⁹.

Os livros do doutor Alcides Cruz poderiam ser lidos em suas individualidades, ao sabor do leitor que os escolhesse, qualquer que fosse seu interesse, ao retirá-los da prateleira. Poderiam também ser lidos como um todo, em sua contribuição para a composição da paisagem intelectual que, circular, fazia o seu proprietário e era feita por ele. A cada leitura, uma nova ideia, uma nova escrita, um novo destaque ao pé da página. De cada provocação trazida por um autor, outro livro deveria ser buscado na livraria habitual e, então, a paisagem se modificava. Era como dizia o poeta Paul Valéry, a propósito do prefácio que escreveu para o catálogo do leilão da biblioteca de seu amigo, André Lebey:

É com estranhamento que sinto a ideia do desaparecimento deste acordo de livros. Eles formavam reunidos um tipo de obra, uma composição significativa de um espírito, progressivamente composta por uma vida intelectual, no seu desenvolvimento meio acidental, meio dirigido (VALÉRY, 1938, p. 6)

A concepção do poeta sobre a vida além dos livros que ficam foi endossada pelo literato e historiador Brian Stimpson, que, ao analisar a biblioteca do próprio Valéry, ressaltou da necessidade de observar a distinção entre os inventários de livros e a biblioteca, destacando que o acúmulo de livros não pode representar a prática real do uso dos mesmos, de maneiras que será preciso “ler” as marcas deixadas pelos leitores através do tempo (STIMPSON, 2019).

A partir desta perspectiva, faço, a seguir, um esforço de observação dos rastros que Alcides Cruz deixou em seus livros, do espírito que pode emanar daquele “acordo” de livros e que nos revelam mais do que o que se pode supor a partir de uma “lista de títulos que aparecem, em letras douradas”.

16 Desde a edição de 2 de setembro de 1891, o jornal *A Federação*, passou a noticiar os livros oferecidos pela casa editorial Echenique & Irmãos a partir da filial de Porto Alegre, diferente do que fazia anteriormente, quando o endereço era ainda o da matriz em Pelotas. O endereço, segundo os anúncios, era: “Porto Alegre - Andradas, 489. Junto A Pharmacia Pasquier”. Ver a referida edição, na página 4. Pode-se localizar ao menos 4 livros com a etiqueta da casa editorial de Echenique & Irmãos na coleção de Biblioteca de Direito da UFRGS.

17 A edição de 8 de setembro de 1909 do jornal *A Federação* anunciava, na página 4, a tradução do referido livro, a partir da 3ª edição (1898), com o título *Princípios gerais de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América do Norte*. Por ocasião do inventário, havia dois volumes da obra na biblioteca de Alcides.

18 Não é possível saber por qual edição a referida obra foi consultada. As edições da obra, da primeira até a que se aproxima da data da menção na carta, são as seguintes: 2ª edição, 1871; 3ª, 1874; 4ª, 1878; 5ª, 1888; 6ª, 1890.

19 Como o referido na nota 14, a tradução de Alcides foi feita a partir da terceira edição, de 1898. A segunda edição da obra é de 1891.

“A MÁ FÉ SE PROVA POR INDÍCIOS E POR PRESUNÇÕES”: UMA TENTATIVA ANALÍTICA SOBRE A LEITURA E O USO DOS LIVROS

Foi no final de fevereiro que Normélio passou pela rua Fernando Machado, em Porto Alegre, para fazer a análise do consumo de gás das residências. Depois de ter passado por aquela de número 241, o funcionário - desempenhando, então, a função de aparelhador²⁰ - deixou registrado: “Rua Cel. Fernando Machado. Número do Registro: 461. Número da casa: 241. Número de luzes do registro: 5. Marcação desse mês: 2880. Porto Alegre, 28 de 2 de 1908”²¹. Ao fazer o seu trabalho diário, Normélio não poderia saber que o recibo de sua visita profissional iria parar no meio do livro *Direito Civil Brasileiro Recopilado ou Nova Consolidação das Leis Civis vigente em 11 de agosto de 1899*, de autoria de Carlos Augusto de Carvalho. Naquela altura, o livro pertencia ao então professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Alcides Cruz, que, como vimos, morava no número 1 da mesma rua, não muito longe da casa em que Normélio realizara a sua visita.

A razão pela qual o recibo da leitura do gás de outra casa foi parar no meio do livro do professor Alcides, para além da falta de um marca-páginas mais à mão, não é desconhecida, já que naquela casa morou, até a sua morte, Adelaide Leopoldina de Freitas, mãe de nosso personagem²². O fato é que, uma vez lá, o recibo serviu para o professor anotar algumas frases soltas, provavelmente relacionadas ao seu trabalho cotidiano: “Sup. Tribunal - Ant^o. Ign^o. Silva / Juntar 2 procurações / Recurso Extr. - Moura [?]”²³. As informações contidas nessas frases escritas no verso do recibo já não carregam mais a importância que provavelmente tiveram naquele ano, mas, por um motivo que só interessa ao historiador, hoje voltam à tona: foram escritas com um lápis de grafite azul, um detalhe simples que aqui se transforma em “pista” para identificar alguns indícios das leituras de nosso personagem.

Ao analisar o processo de crítica aos usos do texto literário que tiveram lugar na segunda metade do século XX, o historiador Roger Chartier apresenta perspectivas que consideravam a autossuficiência do texto, a vida e a morte do autor como entidade de significado, e o leitor, da inexistência ao protagonismo (CHARTIER, 2017). Chartier também considerou que tais teorizações sobre os usos do texto não tiveram em conta determinantes externos à dinâmica texto-leitor, e que tal desconsideração punha de lado as práticas culturais de leitura calcadas na materialidade como, por exemplo, o processo de edição, os espaços de leitura pública e privada, os cadernos de anotações de leitores, em última instância, as condições de possibilidades históricas que atravessam aquele que lê. A preocupação do autor é lançar luzes sobre a perspectiva histórica e sociológica da leitura, elevando-a, sobretudo, como uma prática

20 *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, em sua primeira edição, define aparelhador como “o que aparelha; o encarregado de certas obras, imediatamente inferior ao arquiteto ou ao mestre”, assim como define o verbo aparelhar como “preparar; tornar disposto, aprestas; por arreios em (cavalgadura); desbastar (madeira ou pedra) para certas obras; enfeitar; concertar” (FIGUEIREDO, 1899, p. 113. A grafia foi atualizada).

21 O texto do recibo foi colocado, aqui, em uma frase para facilitar a fluidez da leitura. Originalmente, o recibo era diagramado em campos horizontais nos quais as informações deveriam ser preenchidas, e estavam dispostos em sequência, de alto a baixo.

22 No inventários *post-mortem* de Adelaide, consta como bens imóveis, além de uma “casa de meia água á rua da Concórdia, nº 123A”, a “casa de porta e três janelas a rua Coronel Fernando Machado, nº241”. Ver Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Juízo Distrital da Vara de Órfãos de Porto Alegre, 2º Cartório, Inventário, 1909. Inventariado: Adelaide Leopoldina de Freitas; Inventariante: Dr. Alcides, p.4.

23 A exemplo da adaptação explicada na nota 18, as informações, no original, estão dispostas em frases escritas uma abaixo da outra, sendo que, aqui, coloquei-as em linha, com o traço representando uma separação simples, inexistente no original, e as barras representando traços que separam as frases no naquele documento.

cultural (CHARTIER, 2017, p. 750 et seq.), de modo a considerar o *Gestalt*²⁴ (ISER, 1972, p. 285) e a estética da recepção - fecunda de historicidade (JAUSS, 1978, p. 230–287) -, como parte de um processo ainda mais complexo que envolve o mental, o físico, e a cultura sob o espaço-tempo. A proposição de Roger Chartier alinha-se, inconfessa, à operação que repensa a história da literatura a partir, dentre outras coisas, da análise que não perde de vista a história que subjaz ao texto, pragmática e contextual (OLINTO, 1996), já que, como nos lembra Catherine Belsey, “o texto do passado radicaliza-se a si próprio na história, através das suas alusões não familiares, das suas referências arcaicas, das convenções de sua época” (BELSEY, 1982, p. 146).

Ainda que Chartier não tenha explorado a *Hermêutica* como “ferramenta” possível no empreendimento interpretativo, tanto da leitura primeira, aquela que é objeto de análise do crítico – ou, aqui, do historiador -, quanto na própria leitura daquele que critica, parece-me apropriado aventar alguns entendimentos presentes na discussão deste campo para reforçarmos a presente análise.

O linguista e crítico literário Adayr M. Tesche, ao refletir sobre o processo interpretativo em suas continuidades e rupturas teóricas, lembra-nos que “a interpretação é única forma de conhecimento de que o homem dispõe” (TESCHE, 2000, p. 10). Para ele, “o texto literário é rebelde às verdades da interpretação e, por isso, exige uma reflexão capaz de transcender o problema da compreensão do significado, para questionar a própria compreensão do sentido do fazer interpretativo” (TESCHE, 2000, p. 14). Em sua análise, o autor ampara-se no pensamento heideggeriano que contrapõe a ideia de um significado único (metafísico) imanente ao texto, e argumenta que é nesta negação da metafísica, em seu afastamento, que se pode operar uma autêntica hermenêutica que abre a interpretação para tipificações e às historicidades, bases para a identificação dos sentidos e das sucessivas interpretações presentes em um texto (TESCHE, 2000, p. 20, 24).

Outros – ou quase todos – mundos possíveis estarão presentes para aquele que vai interpretar, e é bom que se diga que aqui refiro-me a um movimento: leitura daquele que se critica, leitura daquele que é analisado, leitura daquele que produz o texto que foi lido, em tempos e espaços aleatórios, e que será, se assim o crítico-historiador quiser, tomado como objeto de análise.

A crítica não pode contradizer o texto, pois necessita do acareamento histórico capaz de fixar compreensivamente, dentro da relatividade, o mundo dado do objeto. Mas a crítica - se ela, realmente, o for – sobrepassa a investigação histórica, instrumentalizando-a para aceder a outra coisa. [...] O exercício crítico há de incorporar graus de compreensão não possíveis, desde o tempo do mundo textual originário; pois, desde lá até o tempo atual da crítica, o objeto tem gerado possibilidades significativas (TESCHE, 2000, p. 31–2).

Embora a análise que aqui se empreende não tenha por intenção auferir todos os sentidos e tempos – inclusive pela dificuldade de acesso aos “graus de compreensão não possíveis”, arrego a asserção de Tesche, tendo-a como guia para observar textos de cunho histórico (ou quase).

24 Há, no texto de Wolfgang Iser, a concepção de uma *Gestalt* do texto formada pelo leitor, através de vários processos mentais, como se pode ver no excerto que segue: “A ‘imagética’ que é feita pela nossa imaginação é apenas uma das atividades através das quais formamos a “gestalt” de um texto literário. Já discutimos o processo de antecipação e retrospectão, e a isto devemos acrescentar o processo de agrupamento de todos os diferentes aspectos de um texto para formar a coerência que o leitor estará sempre em busca. Embora as expectativas possam ser continuamente modificadas, e as imagens continuamente expandidas, o leitor continuará a esforçar-se, mesmo que inconscientemente, *para encaixar tudo num padrão consistente*” (ISER, 1972, p. 288. Tradução Livre. Os destaques são meus).

Refazendo os caminhos da hermenêutica até o seu século XX, Hans-Georg Gadamer chegou também – no tempo cronológico, antes de Tesche - em Heidegger, assim como em Karl Jasper, e neles identificou o esforço reflexivo que estabeleceu a historicidade como condicionante na tarefa hermenêutica, em última instância, do acesso à compreensão da verdade possível (GADAMER, 2007, cap. II). A partir das proposições heideggerianas, Gadamer teorizou sobre a redutibilidade do homem às tradições e entendimentos sobre o mundo que o precedem, seja qual for o tempo e propósito de uma tentativa interpretativa, daí derivando a compreensão como algo relacional, plena de “temporalidade histórica no estabelecimento do sentido [...]” (PEREIRA, 2011, p. 252). Nas palavras do filósofo, a historicidade

não é mais vista como um mero fenômeno de fronteira reconhecido pela razão na sua pretensão de apreender a verdade; pelo contrário, passa a representar um fator de condicionamento positivo no conhecimento da verdade. Com este movimento, a argumentação do relativismo histórico perde qualquer base real. A ideia de exigir um critério de verdade absoluta revela-se como um ídolo abstrato e metafísico e perde qualquer significado metodológico (GADAMER, 2007, p. 56)

Desprende-se daí também que o método já não é mais a garantia da verdade, sua condição de possibilidade, já que “a hermenêutica gadameriana rejeita a pretensão de verdade contida no método científico porque entende que a consciência subjetiva não é o fiat inaugural da empresa cognoscente” (CÔRTEZ, 2006, p. 281). Isso quer dizer que o pensamento unívoco, aquele que reduziria toda a inteligibilidade do mundo, antes mesmo de qualquer experiência prática que o pudesse transformar, não impera mais como determinação de moral, juízo ou conhecimento “puro”, sendo a objetividade observável nas experiências históricas e os pré-juízos que derivam das acumulações as pródigas fontes de significados (CÔRTEZ, 2006, p. 284–5, 87; GADAMER, 2007, p. 59, 69–70; TESCHE, 2000, p. 213–15). Ainda nas palavras do filósofo alemão:

[...] o intérprete e o texto possuem cada um seu próprio horizonte e cada momento de compreensão representa uma fusão desses horizontes. Assim, tanto pesquisa do Novo Testamento [...] como na crítica literária, e também no desenvolvimento da abordagem heideggeriana, a definição do problema hermenêutico foi fundamentalmente afastada de uma base subjetiva e psicológica e movida na direção de um significado objetivo [um significado vindo do objeto] mediado pela história efetiva (GADAMER, 2007, p. 62)

Quando observamos o universo das leituras e escritas de um homem letrado da virada do século XIX para o XX, em Porto Alegre, qual a historicidade possível? E como acessá-la, considerando o fluxo de significados que transbordam os sujeitos e os textos?

Em campo aberto, e com a sorte de encontrar os rabiscos de um leitor-estudioso à beira das páginas dos livros que um século depois da doação ainda se perfilam nas prateleiras de uma biblioteca no sul do Brasil, é que leio aquilo que provavelmente Alcides Cruz leu, separou, marcou. Amparado também no que disse Robert Escarpit – mas nem tão confiante –, para quem a tarefa de reconstituir as subjetividades literárias de um personagem é mais fácil para o historiador que dispõem de elementos documentais do que para aquele que mergulha no universo popular a fim de identificar o que liam aqueles dos meios menos “elevados” (ESCARPIT, 1969, p. 41), trago à baila alguns casos em que são possíveis identificar os vestígios dos usos dos livros. Passemos, portanto, ao exercício prático de análise a fim de vislumbrar continuações, influxos, incorrências.

A pergunta se desdobra no percurso investigativo: se os livros de Alcides Cruz estão sob a custódia de uma biblioteca de acesso aberto, desde 1916, como ter a certeza de que os vestígios de leituras foram feitos pelo próprio e não por leitores posteriores?

A resposta para este problema passa, em um primeiro momento, pela prova mais clara de pertencimento, isto é, a grafia do nome do proprietário. “Alcides Cruz” não só é o indicador de pertencimento, mas aquele que guiou os bibliotecários da posteridade na tarefa de agrupamento dos pouco mais de 70 volumes que hoje estão no setor de obras raras daquela instituição. Os bibliófilos sabem, entretanto, que assinar um livro com ganas de possuí-lo nem sempre é um indicativo de que, de fato, se vai lê-lo. É por isso que a assinatura que encontramos no frontispício das obras que hoje nos são facultadas consultar não constituem uma prova em si, mas uma ferramenta de comparação caligráfica de escritos que encontramos à marginalia. A frase que abre esta seção serve-nos de exemplo – além de provocação –, como se vê nas Figuras 1 e 2.

Na Figura 1, temos uma frase escrita no interior da contracapa da obra *Études sur l'histoire du droit*, de Henry Summer Maine, que não estava originalmente registrada no inventário de Alcides Cruz, mas que está na biblioteca da Faculdade de Direito. Embora guarde alguma semelhança com as sentenças dos detetives de ficção, a anotação, que era acompanhada de um recorte de jornal em que se noticiava um decreto federal dispendo sobre o direito civil de herança²⁵, provavelmente serviu como apontamento sobre algum estudo de caso mais direto que o leitor fazia, associado ao referido recorte. A certeza da autoria se dá pela comparação que podemos fazer entre a anotação e a assinatura (Figura 2), especialmente quando direcionamos nossa atenção para as letras “a”, “r” e “s”.

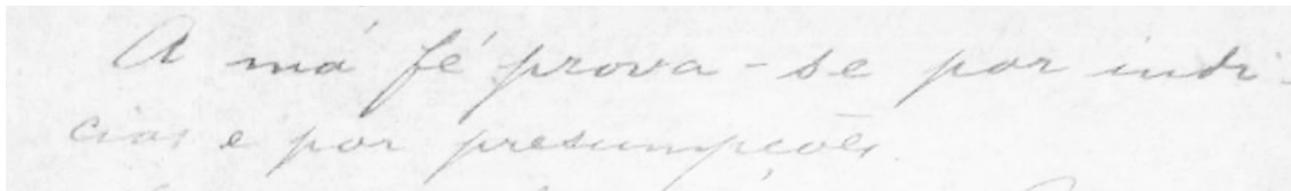


Figura 1 - Folha de rosto da obra *Études sur l'histoire du droit*, de Henry Summer Maine. Paris : Ernest Thorin, 1889. “A má fé prova-se por indícios e por preempções”.

Fonte: BFD-UFRGS.

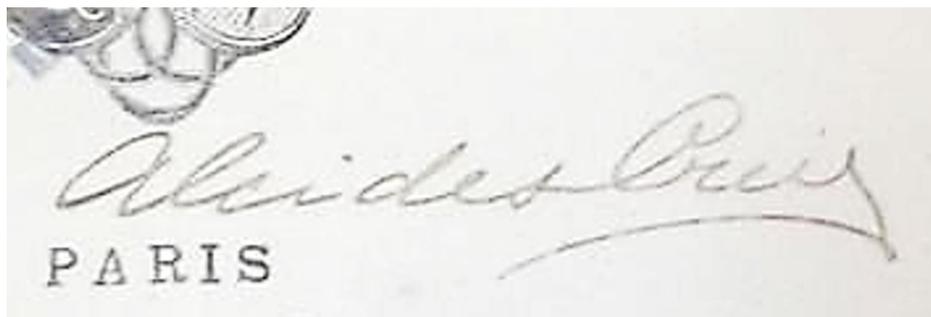


Figura 2 - Interior da contracapa da obra *Études sur l'histoire du droit*, de Henry Summer Maine. Paris: Ernest Thorin, 1889.

Fonte: BFD-UFRGS.

²⁵ O decreto em questão era o de número 1839, de 31 de dezembro de 1907. O teor do referido pode ser visto em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1839-31-dezembro-1907-580742-republicacao-103783-pl.html#:~:text=a%20qualquer%20dellas.,Art,daquelles%2C%20observada%20a%20ordem%20legal.>

Mas se, seguindo a sentença de Cruz, “a má fé se prova por indícios e presunções”, façamos mais alguns exercícios de análise a partir de outros vestígios, como as marcações e traduções, para fiarmos mais nos indícios do que nas presunções.

Nos livros acessados, é muito recorrente a presença de marcações que visam destacar passagens ao longo das páginas - parágrafos ou frases em parágrafos - além de eventuais traduções de palavras para a língua portuguesa. Via de regra, os destaques foram feitos com lápis vermelho, azul (o mesmo que escreveu no verso do recibo deixado por Normélio) ou cinza, enquanto as traduções o foram apenas a partir do último. Vejamos alguns exemplos (Figura 3, 4 e 5).

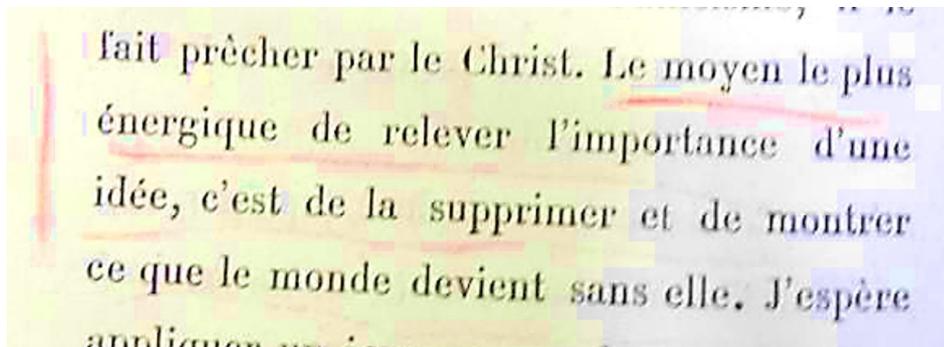


Figura 3 - *Dialogues et fragments philosophiques*, de Ernest Renan. Paris : Calmann Lévy, 1876, p.XII.

Fonte: BFD-UFRGS.

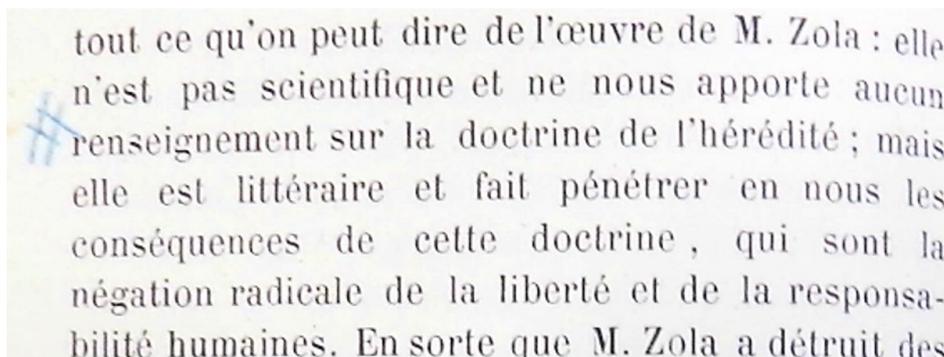


Figura 4 - *Les idées morales du temps présent*, de Édouard Rod. Paris : Perrin et Cie Librairies-Éditeurs, 1891, p. 82.

Fonte: BFD-UFRGS.

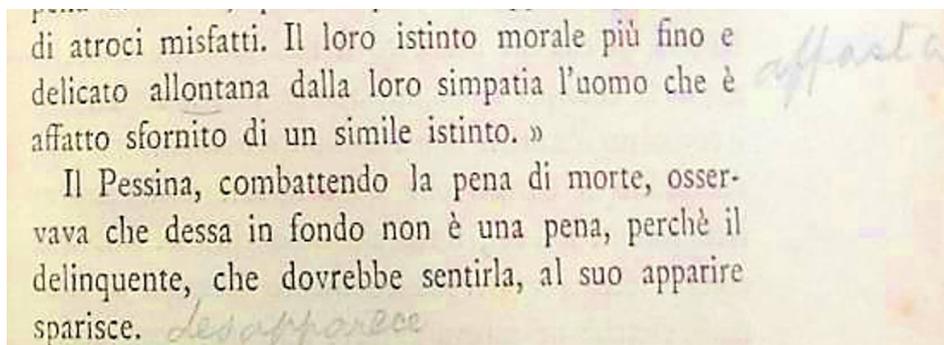


Figura 5 - *La Nuova Scuola Penale*, de A. Liroy. Torino : Fratelli Bocca, 1886, p.15.

Fonte: BFD-UFRGS.

Os destaques feitos através de linhas horizontais e verticais, cerquilhas e escritos tradutórios, estabelecem um padrão que permite vislumbrar o efetivo uso dos livros e, além disso, também nos indica leituras em mais do que uma dimensão. Por um lado, lemos os livros pelos olhos de Alcides, a partir daquilo que ele leu, sublinhou, traduziu e destacou; por outro, com os nossos olhos do presente, lemos um passado intelectual cheio de caminhos, ideias e teses das mais variadas, e sabemos, de quebra, os recursos linguísticos do leitor. Uma operação que se associa ao que sugere a historiadora Dorothée Rusque, para quem as margens ou quaisquer dos espaços em que se podem escrever memórias, comentários, correções etc., “são uma chave de leitura pertinente na compreensão mais abrangente da escrita das ciências e da construção do saber” (RUSQUE, 2015, p. 84).

Em sua maneira mais elementar, a utilização de um livro por um leitor pode se dar por meio da leitura direta, em uma conexão que deverá envolver o autor, o livro e o leitor, três partes importantes da dinâmica da leitura, e que carrega consigo, como sugeriu Alberto Manguel, o objetivo “de assegurar uma modesta imortalidade a determinado livro”, sendo a leitura “um rito de renascimento” (MANGUEL, 2006, p. 33). Entretanto, há nesta dinâmica a possibilidade do surgimento de um personagem que ultrapassa os limites mais básicos da fisicalidade da leitura, e que atende pela alcunha de “anotador”.

Um quase egocêntrico inspetor, o anotador se apropria do objeto livro, perscruta o seu conteúdo e remenda aquilo que, à revelia do autor, poderia ter ficado melhor de outro jeito. O livro, então, é seu: um objeto único, com um texto único porque anotado. A propósito, Heather Jackson pinta um cenário de tensão:

Todos os anotadores são leitores, mais nem todos os leitores são anotadores. Anotadores são leitores que escrevem. Anotações combinam - sintetizam, eu diria - as funções de ler e escrever. Este fato por si destaca a tensão natural entre o autor e o leitor, fazendo do leitor um rival do autor, sob condições que legam ao leitor um poder considerável. O autor tem a primeira palavra, mas o anotador tem a última. Mesmo naqueles casos em que o anotador aparece mais subserviente ao texto e provavelmente se fizesse sentir inocentemente prestativo como, por exemplo, no complemento de nomes deixados em branco ou no acréscimo de novas referências para atualizar o livro, o anotador é implicitamente crítico, supondo conhecer melhor e tomando as funções autorais. [...] todas as marginalias são extensões de inscrição de propriedade, as quais expressam o impulso primário de reivindicar o livro como seu (JACKSON, 2001, p. 90).

Os anotadores são estes argutos analistas, tradutores e auxiliares do autor original. Em alguns cenários, a prática se transforma em ânsia, a ponto de o anotador se voltar para o seu próprio texto, transformando-se em um anotador de si. É o caso, por exemplo, do escritor Paul Valéry, que publicou um livro no qual se pode ler não só o conteúdo original, mas as anotações que dele derivam. Tudo isso para demonstrar ao leitor o processo criativo, translúcido, de um pensamento em movimentos (VOGEL, 2013).

Já tenho subsídios para a inquietação: poderei usar a hermenêutica gadameriana como recurso de minha interpretação?

Seria de incomensurável importância para a análise que aqui desenvolvo acessar - se existissem - as anotações que Alcides Cruz fez de seus textos autorais. Também o seria na busca de possíveis repostas para a inquietação recém posta. Infelizmente, desconheço fontes documentais desta natureza. Às margens dos livros de sua biblioteca, contudo, foram alguns de seus pensamentos, entendimentos e conclusões, como naquela página em que Alexander Hamilton “encontrou” Júlio de Castilho. Sigamos por este caminho.

“COMO J. DE CASTILHOS, HAMILTON ERA N'AQUELA ÉPOCA: POLÍTICO VIDENTE”

A frase que intitula esta seção está grafada a lápis, em grafite cinza, no canto superior esquerdo da página 222, do livro *Histoire des Etats-Unis*²⁶, escrito por Édouard Laboulaye²⁷. O escritor francês, que fora jurista, poeta e professor do Collège de France, fez do curso que proferiu naquela instituição, em 1864, um volume de análise sobre o país que tanto admirava²⁸ e que se contrapunha em termos ao seu próprio, na ocasião ainda sobre a fase autoritária do Segundo Império de Louis-Napoléon Bonaparte, o Napoleão III. Já no prefácio da referida obra, o autor predicava:

O que interessa no presente volume é o número e a importância dos problemas políticos que aqui são discutidos, senão resolvidos. Desde 1789, todos os nossos legisladores giraram em um mesmo círculo; mas este círculo é estreito. Aos nossos constituintes faltou muito para que fossem ao fundo das coisas, e que compreendessem propriamente o alcance das questões que eles decidiam; as suas soluções são superficiais e frequentemente falsas. Mais felizes que nós, porque habituados à liberdade, os Americanos empurraram muito mais longe a ciência da política; nós faremos bem de ir à sua escola se queremos nos corrigir dos prejuízos que nos custaram lágrimas, sangue e misérias inúteis (LABOULAYE, 1866, p. VI).

A tentativa daquele jurista era exemplificar como se consolidara aquele estado americano, e, para tanto, discorria sobre as estruturas, os mecanismos e os personagens que tiveram premência naquele processo de elaboração constitucional e político, em 20 capítulos correspondentes às respectivas lições que dera no *Collège*.

A lição de número 9, intitulada Alexandre Hamilton, pretendia dar conta do perfil do “homem que, depois de Washington - se pode dizer, ao lado de Washington -, teve a maior influência sobre a organização dos Estados Unidos” (LABOULAYE, 1866, p. 211). Ali, Laboulaye construía um personagem heroico, precoce em seu gênio militar e administrativo, e que fora o artífice, junto de George Washington e Benjamin Franklin, da unidade nacional nomeada pelo autor de “América”. Aquele que fora o primeiro tesoureiro do estado norte-americano, para Laboulaye, fora um visionário (LABOULAYE, 1866, p. 222). É justamente neste ponto que o paralelo entre Hamilton e Júlio de Castilhos foi notado e anotado pelo leitor Alcides Cruz às margens da página 222 da edição que descansava nas prateleiras da casa da rua Fernando Machado.

À primeira vista, o curioso paralelo se ancora no mar da extravagância. O exercício da leitura para além do texto – mas também dele – encontra, entretanto, razões mais apuradas da relação entre Júlio de Castilhos, o líder maior do Partido Republicano Rio-Grandense²⁹, agremiação que, como já sabemos, tinha em Alcides um dedicado membro, e do prócere estadunidense.

Findo o parágrafo em que a anotação comparativa foi registrada, segue um outro em que Laboulaye escrevia sobre os desencontros entre as proposições de Hamilton e aquelas dos que advogavam

26 Não foi possível identificar o ano de edição do volume que pertenceu a Alcides Cruz. A primeira edição da obra foi publicada no ano de 1866, pela Charpentier Libraire-Éditeur, em Paris. Quando necessárias, as citações diretas da obra serão retiradas desta edição.

27 O livro, hoje resguardado no acervo de obras raras da biblioteca da UFRGS, foi registrado por ocasião do inventário da biblioteca de Alcides sob o número 212.

28 O personagem foi um dos entusiastas do projeto de criação e doação da famosa Estátua da Liberdade pela França aos Estados Unidos. Ver KIRSCH (2008).

29 Sobre Júlio de Castilhos, ver o excelente estudo da historiadora Carina Martiny (2018).

por uma descentralização do poder entre as unidades federativas. O autor assim descreve a posição daquele personagem:

o que ele desejava era, sobretudo, um poder executivo firmemente constituído, e um conselho nacional ou senado que fosse uma espécie de aristocracia. [...] Ele imaginava que haveria vantagens para a América se o presidente fosse nomeado por tanto tempo quanto o seu comportamento fosse bom (LABOULAYE, 1866, p. 222).³⁰

O jurista francês, acusando a discordância com este aspecto do ideário hamiltoniano, prossegue dizendo que naquilo havia um engano, e que se a centralização desejada tivesse vencido o debate, Hamilton “teria aprisionado em um espartilho de força um país que tinha a necessidade de crescer” (LABOULAYE, 1866, p. 222). No volume que pertencia a Cruz, havia um destaque nesta parte crítica, com uma linha vertical e uma horizontal (Figura 6), sublinhando as frases que diziam “um presidente vitalício acabaria por tornar-se uma espécie de rei, um senado vitalício não satisfaria a mobilidade que é a essência da boa democracia” (LABOULAYE, 1866, p. 222).

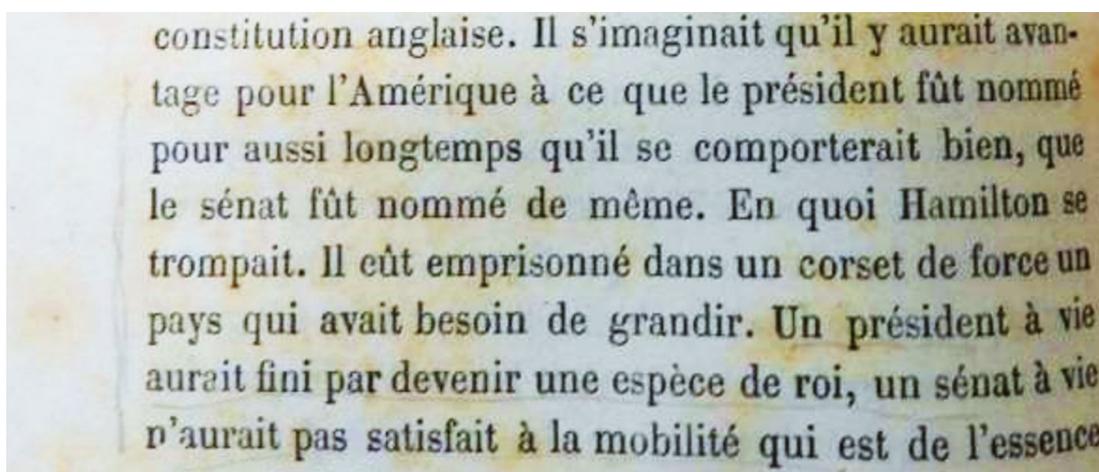


Figura 6 - *Histoire des Etats Unis*, de Édouard Laboulaye. Paris: Charpentier Libraire-Editeur, 1866, p.222

Fonte: BFD-UFRGS.

Em capítulos subsequentes encontramos outras marcações sugestivas, como naquele dedicado à análise das divisões de poder, em que Laboulaye critica o despotismo da Assembleia Revolucionária, do final do século XVIII, e do Segundo Império - sob o qual, então, vivia -, argumentando que a divisão absoluta dos poderes sem a eventual possibilidade de intervenção controlada entre eles “não é menos profícua ao despotismo de um homem do que aquele de uma assembleia” (LABOULAYE, 1866, p. 293). Aqui, no lugar de se voltar para o executivo, o autor envia sua pena para a crítica à ausência de controle derivada da divisão ultra-autônoma dos poderes.

É proveitoso lançarmo-nos brevemente no exercício de reflexão sobre o processo de interpretação, mas desta vez deslocando nosso objeto para a possível leitura do próprio Laboulaye. Sem a pretensão de aprofundar o estudo – já que não é este o foco –, detenho-me na fase dos questionamentos: como leu o processo constitucional estadunidense um intelectual francês que viveu, em seus país, sob intensos processos de mudanças políticas? O que havia de projeção, idealização, e pré-juízos em sua

³⁰ Salvo em indicações distintas, os destaques são todos de minha autoria.

abordagem? Por exemplo, as ideias de liberdade e soberania evocadas pelo jurista eram as mesmas de Franklin e Washington? A filósofa Simone Goyard-Fabre contribui para a discussão, quando analisa as aproximações entre Laboulaye e Montesquieu:

É inegável que a história de um povo e os textos oficiais que o regem revelam mentalidades e estados de espírito. Laboulaye decifra neles o que Montesquieu chamou de “o espírito geral das nações”, no qual, embora não esteja muito inclinado a apresentações metodológicas, ele combina habilmente diacronia e sincronia. Se, de fato, a obsessão pela liberdade assombra a França e a América no último quarto do 18º século, a representação da liberdade aqui e ali não é a mesma (GOYARD-FABRE, 1989, p. 138) ³¹

Aquele jurista fez uma leitura própria ao seu mundo, a partir da objetividade observada, mas também com projeções no devir, como escreve outra vez Goyard-Fabre:

antes de responder a ‘questão constitucional’ que fará da França, enfim, o país da liberdade, ele é um defensor crítico contra o Estado todo-poderoso ‘defender os direitos imprescritíveis da natureza humana contra a arbitrariedade dos governos’ (GOYARD-FABRE, 1989, p. 139).

Voltemos, entretanto, às anotações do dr. Alcides em sua edição de *Histoire des Etats-Unis*.

Encontramos indícios de leitura nas marcações presentes no capítulo que trata especificamente do Poder Executivo, onde podemos ler – talvez sob a influência das marcações horizontais em grafite cinza:

Querendo-o bem constituído, é preciso que o poder executivo seja único, pois o que se demanda é o querer, o agir. Deliberar, discutir, preparar a lei, são elementos que vão melhor à uma assembleia do que a um indivíduo; há mais experiência em uma assembleia do que em uma só cabeça; mais agir em seguida, fazer obedecer, isso deriva do comando; é necessária uma vontade, uma ação, e, por consequência, é necessária uma unidade.

Crer que se fortifica a liberdade dividindo o poder executivo é um erro funesto. Não há responsabilidade senão aí onde o poder executivo é único; em outros termos, não há garantia para a liberdade contra a tirania senão na unidade do poder executivo (LABOULAYE, 1866, p. 437.)

Percebe-se, ao observar os excertos associados às marcações, que o cerne das preocupações do anotador estava atrelado às ideias de poder executivo e de centralização política, discussões muito apropriadas para aquele leitor do final do século XIX e início do XX no Rio Grande do Sul, lugar de ferrenho debate político travado, então, entre forças lideradas por Júlio de Castilhos e seus opositores, fossem eles os federalistas associados a Gaspar da Silveira Martins, ou os dissidentes do PRR, como Joaquim Francisco de Assis Brasil. A centralização do poder performada pelo executivo, assim como a reivindicação de uma autonomia exacerbada para o estado sul-rio-grandense eram os pontos nevrálgicos da crítica a Castilhos, especialmente desde a promulgação da Constituição de 1891, carta redigida por aquele personagem e que deu bases para o que se passou a denominar Castilhismo (AXT, 2002; PINTO, 2019). O texto de Laboulaye, que era claro em seu posicionamento contra o centralismo com raias autoritárias, e, muito embora tenha retratado figuras cujo pensamento tenha servido, no futuro, de modelo para o Partido Federalista de Silveira Martins, como o próprio Alexander Hamilton (ROUSTON JR., 2014), também foi lido por um membro fiel do PRR, que ali encontrou o “visionário” Júlio de Castilho.

³¹ A tradução livre manteve o número arábico para se referir ao século, seguindo o original “18^e siècle”, usual na língua francesa.

É exemplar, neste sentido, o destaque da página 204, relativo à lição VIII, intitulada Déclin de la Confédération - Convention d'Annapolis (1786), em que o autor discorre sobre o perigo da dissolução pelo qual passou os Estados Unidos sem um poder central. Em dada altura, encontramos uma linha vertical que preenche quase toda a página (Figura 7).

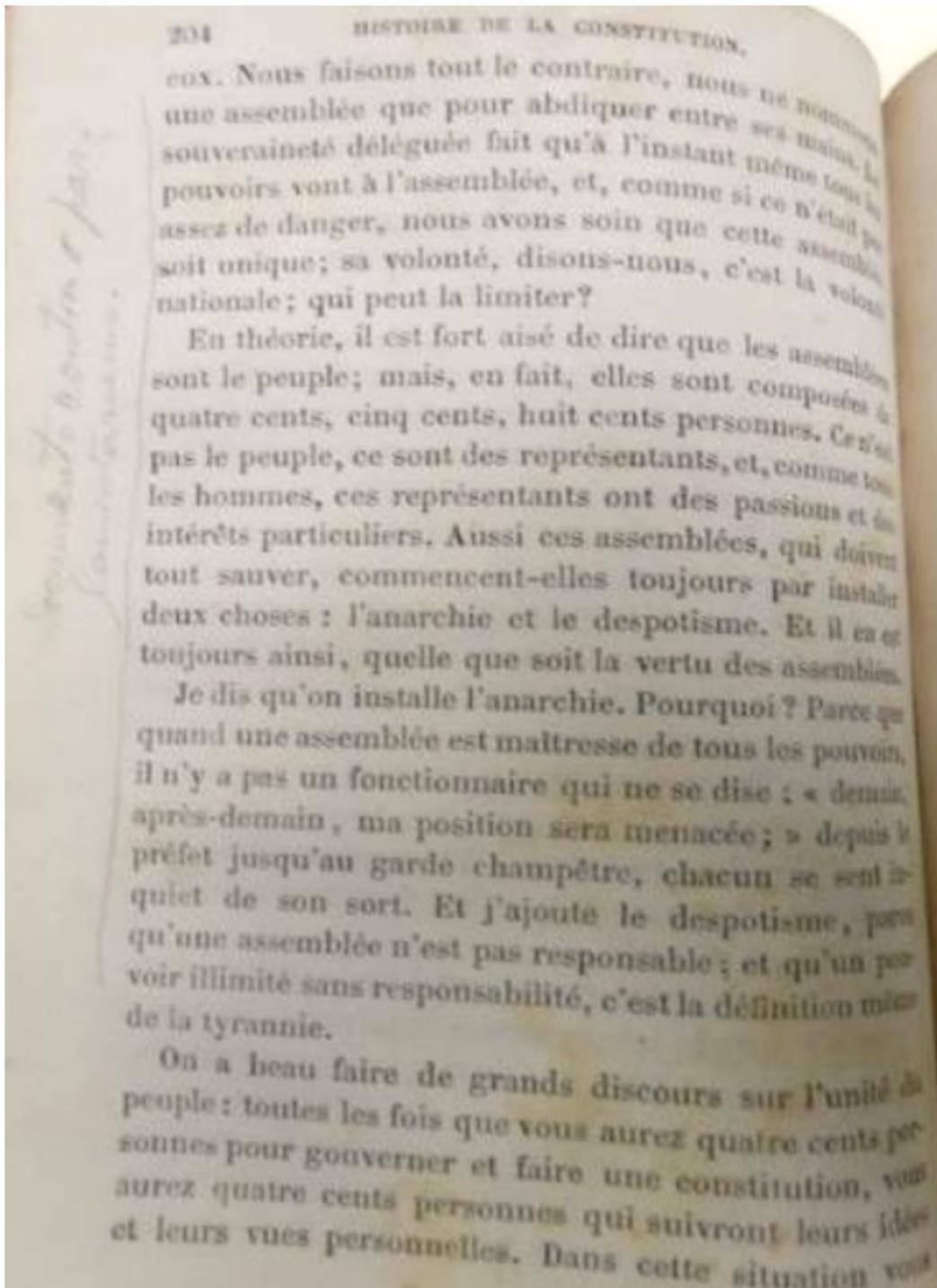


Figura 7 - *Histoire des Etats-Unis: Troisième Époque – La constitution des Etats-Unis (1783-1789)*, de Édouard Laboulaye. Paris, G. Charpentier et Cie, s.d., p.204.

Fonte: BFD-UFRGS.

Em síntese, a argumentação do jurista francês vai no sentido de reestabelecer a comparação entre o país de sua admiração e o seu próprio, argumentando que, embora seja típico das democracias o estabelecimento de representantes para o parlamento nacional, naquele país jamais houve um substabelecimento total da soberania popular para os mandatários, o que não se observava na França onde, para o autor, se fez o contrário (LABOULAYE, 1866, p. 204). No parágrafo seguinte, ele prossegue:

Em teoria, é muito conveniente dizer que as assembleias são o povo; mas, de fato, elas são compostas de quatrocentas, quinhentas, oitocentas pessoas. Não é o povo, são os representantes, e, como todos os homens, estes representantes possuem paixões e interesses particulares. Também estas assembleias, que devem tudo salvar, começam por instalar duas coisas: a anarquia e o despotismo. E o é sempre assim, quaisquer que sejam a virtude das assembleias (LABOULAYE, 1866, p. 204)

O destaque, feito com o lápis cinza que predomina nas anotações do livro, vem acompanhado da frase que nos oferece ainda mais subsídios para a confirmação da identidade do anotador: “documento contra o parlamentarismo”. Seria essa uma preocupação de Alcides Cruz por conta de sua filiação ao projeto castilhistas, reunir elementos para eventuais contraposições às críticas endereçadas ao líder do PRR e ao seu projeto político de centralização de poder executivo?

Cabem aqui os apontamentos de Wagner Feloniuk a propósito das posições jurídicas e políticas de Cruz. Aquele autor salienta que, embora muito associado às proposições estadunidenses de organização estatal, o personagem, em termos de Poderes do Estados, via no Executivo:

um dever de atuação – talvez afastando-se da visão norte-americana de Judiciário, especialmente Suprema Corte, atuando para garantia da Constituição e das leis. [...] Portanto, ainda que permanecesse um papel grande no Legislativo, o papel do Executivo é alargado em suas concepções (FELONIUK, 2017, p. 156)

Encontramos respostas possíveis, entretanto, a partir de análise de outra fonte documental, não distante daquelas que vimos até aqui. Na dinâmica do texto – ou, podemos chamar, do círculo hermenêutico -, além da leitura, da marcação e da anotação, como vimos, há lugar garantido para o autor. Leitor-autor-leitor-anotador-autor, lembrando-nos outra vez Gadamer que o

círculo hermenêutico é um círculo rico em conteúdo [...] que reúne o intérprete e seu texto numa unidade interior a uma totalidade em movimento [...] A compreensão implica sempre uma pré-compreensão que, por sua vez, é prefigurada por uma tradição determinada em que vive o intérprete e que modela os seus preceitos (GADAMER, 2003, p. 13)

Nesse sentido, a análise sobre os usos do livro ganha ainda mais profundidade quando o pesquisador acessa a produção do leitor-anotador e, ali, na síntese intelectual que se materializa no texto impresso ou falado, identifica as incursões daquilo que foi lido, marcado e anotado.

Foi o caso do texto publicado na página 3 da edição de 22 de setembro de 1914 de *A Federação*³². Na coluna “20 de setembro – a comemoração do Grêmio Gaúcho”, tratava-se dos festejos promovidos por aquela agremiação que, naquele ano, iria também inaugurar os retratos de Júlio de Castilho, de Silveira Martins e de Rafael Pinto Bandeira, além de um busto de Bento Gonçalves. Depois de elencar os participantes da mesa diretora e demais convidados ilustres, o jornal passou a reproduzir, na íntegra, a oração feita pelo encarregado da noite, Alcides Cruz.

³² A Federação, 22 de setembro de 1914, p.3.

O pronunciamento tratava das quatro figuras históricas homenageadas naquela noite, e se deteve, com maior vagar, nos espectros de Martins e Castilhos. Ainda que laudatórias em suas características gerais, a contraposição arquitetada pelo orador entre as duas notas biográficas era nítida. Emergia, de um lado, Silveira Martins, tribuno de presença incontornável, mas representante do passado, e, de outro, Júlio de Castilhos, figura quase mítica, trazendo consigo o presente e o futuro.

Embora pintado como “a personificação mais bem acabada do parlamentar moderno”, Martins também foi qualificado como alguém pouco preocupado com “a previsão do futuro”, já que não aceitara o que, aparentemente, já era visível aos estadistas: a República. Assim orou Alcides:

Um erro, entretanto, que este grande homem cometeu e que tantos outros também igualmente cometeram e sobre o mesmo assunto, só para ele foi fatal, fatalíssimo. Descurando da previsão do futuro, cuidado especial que todo o estadista deve ter, um dia, quando estava no fastígio do poder, do prestígio e da glória, desconheceu a natureza da corrente republicana que desbordando ameaçou o trono (*A Federação*, 22 de setembro de 1914, p.3)

Como o leitor já deve ter notado, havia na concepção de Alcides sobre as lideranças políticas qualquer entendimento que requeria uma faculdade visionária. Assim sendo, fora justamente esse o absentismo de Silveira Martins, que, combatendo o republicanismo, acabou por colocar-se do lado derrotado do embate político de então. Como disse o orador, foi aí que “viram os seus patrícios, com profundo pesar, que Silveira Martins já era homem do passado” (*A Federação*, 22 de setembro de 1914, p.3).

Em linha do tempo, Pinto Bandeira, Bento Gonçalves e Silveira Martins foram retratados pelas palavras de Cruz como em uma evolução histórica que parecia chegar ao seu fim na figura de Júlio de Castilho, figura com a qual concluíra a oração.

No início da reconstrução biográfica, dizia o orador:

Júlio de Castilhos saiu de uma geração cientificamente orientada, e se não fosse assim, nem a República se teria feito, nem o estadista teria logrado construir depois de ter destruído: - teria cambaleado às tontas, à mercê dos azares do voto (*A Federação*, 22 de setembro de 1914, p.3)

Um governante cientista que pôde construir a República à revelia do voto. Nada mais alinhado com o projeto castilhista de que se tratou acima. Na oração, Júlio de Castilhos era, por seu turno, a personificação da força, da integridade e da idoneidade, um construtor de realidades políticas. O sumo da figura heroica e da contraposição ao passado representado por Martins foi assim apalavrado:

[...] Assim consegui levantar, sobre bases firmes e rigorosamente modernas, um sistema novo do governo republicano, cuja verdadeira codificação aí está, para quem quiser aprender, compendiada na Constituição de 14 de Julho. Se Silveira Martins simboliza uma escola, um regime, enfim, a forma de certas instituições cuja prática se baseia em coletividades e deixa de exercer-se regularmente sem se despir do revestimento de pomposas exterioridades, à semelhança, embora remota, de certos cultos, e nisso têm elas de obsoleto; *Júlio de Castilhos simboliza novas formas, novo regime, novas instituições, onde a ação pessoal é de um só homem e não de uma corporação; mas para ser assim esse homem deve ter muito de Júlio de Castilhos: “Os que têm o raciocínio mais forte, dizia o filósofo da indução, são os que sempre e melhor podem persuadir a respeito daquilo que pretendem, mesmo que não falem senão baixo bretão, embora nunca tivessem aprendido retórica”* (*A Federação*, 22 de setembro de 1914, p.3).

Naquela oração só havia Júlio de Castilhos porque parecia ser esse o desígnio da história, e só caberia a ele a condução visionária e científica do estado fruto de sua ação. O paradoxo de erigir um “culto” político a partir da crítica de outro mostrava-se menor diante da vontade do orador de demarcar sua posição naquele cenário que ele mesmo reconhecia como “alheio” às lutas políticas que contrapunham as memórias daqueles personagens, Castilhos e Martins. A prova veio no agudo arremate: “nós, permitam os arrivistas, reivindicamos como o nosso maior padrão de orgulho republicano, o termos sido soldados de Júlio de Castilhos, sem outra maior ambição” (*A Federação*, 22 de setembro de 1914, p.3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se conseguíssemos compreender como ele lia, poderíamos vir a compreender melhor como ele entendia a vida, e por essa via – a via histórica -, quem sabe chegaríamos a satisfazer uma parte de nosso próprio anseio por um sentido (DARNTON, 1990, p. 171–2).

A oração proferida no Grêmio Gaúcho reunia em seu conteúdo os elementos que encontramos na interação feita entre o leitor-annotador e a obra de Laboulaye. É aparente o aspecto laboratorial daquelas anotações, destaques e riscos, subsídios da elaboração de entendimentos e de conclusões sobre o cenário político e social de Alcides Cruz. A obra daquele jurista francês talvez tenha servido de ponto de encontro entre Castilhos e Hamilton porque nas convicções do leitor-annotador já existia o primeiro antes de existir o segundo, e o que de conteúdo ali se encontrou bastou para corroborar. Não será possível saber se foi antes ou depois da leitura geral da obra, mas na folha de rosto de *Histoire des Etats-Unis* há uma inscrição com o mesmo lápis cinza, assinada “A. Cruz”, que diz assim: “O partido fed. é um pantanal onde apodrecem e morrem as aspirações do sedimento partidário”.

Observar a atividade intelectual de um personagem através de seus livros é tanto fascinante quanto enigmático, dada a possibilidade de adentrarmos em instâncias mais profundas do que aquela do texto (seja ele impresso ou falado) publicizado, e que se torna, ao fim e ao cabo, a “verdadeira” obra de alguém. Lembra-nos, a este propósito, o historiador Anthony Grafton que as anotações identificáveis em livros pessoais oferecem, em suas diferentes formas, “fascinantes inserções nas maneiras com as quais seu dono lia e pensava” (GRAFTON, 1997, p. 149–50). Outra vez, é um ato interpretativo, cíclico - em certa medida - que nos envolve: leitor, anotador, orador. Adair Tesche diz-nos, por fim:

O leitor opera com as estruturas gerais de racionalidade que perfilam um conceito de verdade que flutua entre sua dependência contextual e sua extensividade espaço-temporal. Sua verdade não será um sentido relativo que denuncia a debilidade da razão, mas uma expressão máxima de um movimento oscilatório que ocorre na estrutura dialética do saber (TESCHE, 2000, p. 222)

Como vimos, os posicionamentos políticos de Alcides Cruz, proferidos com ares tribunais na oração do Grêmio Gaúcho, provavelmente foram frutos das relações livro-leitor, livro-annotador, livro-autor, relações dinâmicas e criadoras (CHARTIER, 1992, p. 136–7). Aos que o escutavam, naquela e em outras exposições, quem dizia era só Alcides Cruz, amparado, no máximo, por sua biblioteca virtual (LANNIER, 2018). A nós – agora que sabemos -, também o foi o rabiscado Laboulaye, e tantos outros que estiveram nas prateleiras do dr. Cruz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vinicius F. *Das prateleiras da Alcidiana* : os livros, a leitura e a escrita na trajetória intelectual de Alcides Cruz. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 8 jun. 2018.

_____. Reflexões sobre a trajetória de Leopoldino Joaquim de Freitas (1818 -1889). *História Unicap*, v. 5, n. 10, p. 340–357, 1 jul. 2019. Disponível em <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1307>

ARRIADA, Eduardo. Livrarias e editoras no Rio Grande do Sul: o campo editorial do livro didático. 35ª reunião da Anped. In: Anais.... *GT HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*. Porto de Galinhas: 2012. Disponível em https://anped.org.br/sites/default/files/gt02-1745_int.pdf

AXT, Gunter. Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta Estadual de 1891. *Justiça & História*, v. 2, n. 3, p. 305–344, 2002.

BELSEY, Catherine. *A prática crítica*. Lisboa: Edições 70, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações*. Algés: Difusão Editorial S.A., 1992.

_____. From texts to readers: Literary criticism, sociology of practice and cultural history. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 30, n. 62, p. 741–756, dez. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/3WGNLC8yVYSSSkjWQwjYwVq/?lang=en>

CÔRTEZ, Norma. Descaminhos do método: notas sobre história e tradição em Hans-Georg Gadamer. *Varia Historia*, v. 22, p. 274–290, dez. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/vh/a/Pq69fBY6MGXJWm89WGknCBn/?lang=pt>

CRUZ, Alcides. *Notas de leituras e outros escritos*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1990.

ESCARPIT, Robert. *Sociologia da Leitura*. Lisboa: Arcádia, 1969.

FELONIUK, Wagner. S. O pensamento político de Alcides Cruz: conceitos, separação de poderes, atuação estatal. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (org.). *Alcides Cruz: perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017. p. 137–171.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Nôvo Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899. v. I

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Tradução: Paulo Cesar Duque Estrada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

_____. *The Gadamer reader: a bouquet of the later writings*. Evanston, Ill: Northwestern University Press, 2007.

GOYARD-FABRE, Simone. Édouard Laboulaye, légataire de Montesquieu : la «République constitutionnelle». *Dix-huitième Siècle*, v. 21, n. 1, p. 135–147, 1989. Disponível em https://www.persee.fr/doc/dhs_0070-6760_1989_num_21_1_1692

GRAFTON, Anthony. Is the History of Reading a Marginal Enterprise? Guillaume Budé and His Books. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, v. 91, n. 2, p. 139–157, 1997. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/24304538>

ISER, Wolfgang. The Reading Process: A Phenomenological Approach. *New Literary History*, v. 3, n. 2, p. 279–299, 1972. Disponível em <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003247937-8/reading-process-phenomenological-approach-wolfgang-iser>

JACKSON, Hether. J. *Marginalia: readers' notes in books, 1700-2000*. New Haven: Yale University Press, 2001.

JAUSS, Hans. R. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Édition Gallimard, 1978.

KIRSCH, Marc. Un portrait d'Édouard Laboulaye (1811-1883). *La Lettre du Collège de France*, v. 26, p. 56–58, jun. 2008. Disponível em <https://journals.openedition.org/lettre-cdf/183>

LABOULAYE, Édouard. *Histoire des États-Unis: troisième époque - La constitution des États-Unis (1789-1789)*. Paris: Charpentier Libraire-Éditeur, 1866.

LANNIER, Hélène. Benoît Court en sa bibliothèque: quelques indices du travail préparatoire à la rédaction des commentaires aux Arrêts d'Amours de Martial d'Auvergne. *Arts et Savoirs*, n. 10, 6 jul. 2018. <https://journals.openedition.org/aes/1417>

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINY, Carina. “O chefe político dos mais avançados republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

OLINTO, Heidrun. K. Interesses e paixões: histórias de literatura. In: _____. (org.). *Histórias de leitura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. p. 15–47.

PEREIRA, Lusia. R. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 4, n. 7, p. 245–265, 27 jun. 2011. Disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/240>

PINTO, Francisco. R. M. A Constituição castilhista de 1891 e a fundação do constitucionalismo autoritário republicano. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 118, p. 245–292, jul. 2019. Disponível em <https://core.ac.uk/display/327112130?source=2>

ROUSTON JR., Eduardo. O “Testamento Político” de Gaspar Silveira Martins: uma reação à república Castilhista -Borgista. *Revista de Estudos Políticos*, v. 5, n. 2, p. 660–679, 2014.

RUSQUE, Dominique. L'histoire naturelle dans les marges : écrire dans et à partir des livres (les cas de Jean Hermann). In: GUÉDRON, M.; LABOULAIS, I. (orgs.). *Écrire les sciences. Études sur le XVIIIe siècle*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2015. p. 81–96.

SEGOVIA, Gigliane. F. *O papel desempenhado pela Livraria Universal na cidade de Pelotas no período de 1887 a 1934*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014.

SILVA, Camila. *Arquivo, história e memória : o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a Coleção Varela – AHRS, 1858/1936)*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Unisinos, 11 jun. 2019.

SILVA, Jaison. O. da. *A Epopéia dos Titãs dos Pampas: Historiografia e Narrativa Épica na História da Grande Revolução, de Alfredo Varela*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

STIMPSON, Brian. *“L’Écrivain mort, l’ensemble de ses livres parle encore” : la bibliothèque personnelle de Paul Valéry*. Seminário apresentado em Construire, déconstruire la bibliothèque. Collège de France, Paris, 19 fev. 2019. Disponível em <<https://www.college-de-france.fr/site/william-marx/seminar-2020-02-19-15h00.htm>>. Acesso em: 1 abr. 2020

TESCHE, Adayr. *Interpretação, rupturas e continuidades*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

VALÉRY, Paul. Dernier regard sur une bibliothèque. In: GIARD, É. (ed.). *Bibliothèque André Lebey : livres, autographes, documents*. [s.l.] F. Paillart, 1938.

VOGEL, Christina. Desde el margen: el pensamiento en marcha de Paul Valéry. *Tópicos del Seminario*, n.29, p. 13–31, jun. 2013. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-12002013000100002